

PORTARIA	DATA	SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ORIGEM	DESTINO	OBJETIVO	PERÍODO	QTD.
8/2026	26/01/2026	JHESSICA LUANA BARROS MODESTO	5993746	ASSESSOR (A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	IGOR LUIS GONCALVES E SILVA	57234575	TÉCNICO DE DEFENSORIA PÚBLICA A	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	HIDELFRAN OLIVEIRA ALVES	57201688	MOTORISTA - CAPITAL	BELÉM	BENEVIDES	CONDUZIR DEFENSOR E COORDENADOR DO BALCÃO DE DIREITOS PARA PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	FERNANDA MARIA DA SILVA ALENCAR	5897832	AUXILIAR DE DEFENSORIA PÚBLICA A	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	ERIC COSTA MARTINS	57207074	MOTORISTA - CAPITAL	BELÉM	BENEVIDES	CONDUZIR SERVIDORES PARA PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	DENILSON DA SILVA RODRIGUES	5964873	SECRETARIO(A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	CARINA SILVA DA SILVA	5993744	ASSESSOR (A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	CAMILA MIRANDA CORDOVI	5949046	ASSESSOR(A) JURÍDICO (A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	GIOVANNA TAISSA RIBEIRO FREITAS	5936065	SECRETÁRIO(A) DE NÚCLEO METROPOLITANO	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1
8/2026	26/01/2026	OZAEI CORDEIRO BATISTA	5965817	GERENTE DE SERVIÇOS	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1,5
8/2026	26/01/2026	EVERTON PROGENIO DOS SANTOS	5994365	ASSESSOR (A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1,5
8/2026	26/01/2026	CLEBER PAIVA COELHO	57211712	MOTORISTA - CAPITAL	BELÉM	BENEVIDES	CONDUZIR SERVIDORES PARA PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1,5
8/2026	26/01/2026	YANCA DE CASSIA LOPES SALES	5916805	ASSESSOR(A) JURÍDICO (A)	BELÉM	BENEVIDES	PARTICIPAR DE AÇÃO CIDADANIA EM CUMPRIMENTO DO PPA.	10/01/2026 - 11/01/2026	1,5
8/2026	26/01/2026	OZAEI CORDEIRO BATISTA	5965817	GERENTE DE SERVIÇOS	BELÉM	BENEVIDES	REALIZAR VISITA TÉCNICA NO MUNICÍPIO	07/01/2026 - 07/01/2026	0,5
8/2026	26/01/2026	CLEBER PAIVA COELHO	57211712	MOTORISTA - CAPITAL	BELÉM	BENEVIDES	CONDUZIR SERVIDORES PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA NO MUNICÍPIO	07/01/2026 - 07/01/2026	0,5
8/2026	26/01/2026	YANCA DE CASSIA LOPES SALES	5916805	ASSESSOR(A) JURÍDICO (A)	BELÉM	BENEVIDES	REALIZAR VISITA TÉCNICA NO MUNICÍPIO	07/01/2026 - 07/01/2026	0,5
9/2026	26/01/2026	ANDRE LUIZ PESSOA DE MELLO FILHO	5968105	DEFENSOR PÚBLICO	VIGIA	CASTANHAL	ATUAR EM CUMULAÇÃO POR DESIGNAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CSDP Nº 283/2021.	12/01/2026 - 16/01/2026	2,5

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÊDO
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DE GESTÃO DO ESTADO DO PARÁ

Protocolo: 1289213

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026-DPE/PA PROCESSO Nº E- 2025/3639734-DPE/PA

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Pública do Estado, CNPJ/MF sob o nº. 34.639.526/0001-38, com sede na Travessa Padre Prudêncio, nº 154, Campina, CEP. 66.019-080, Belém/PA, reorganizada pela Lei Complementar Estadual nº 054/2006, neste ato representada por sua Defensora Pública Geral, no âmbito das atribuições legais, conferidas pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar nº 054/2006, com base nos elementos constantes nos autos do presente processo e, fundamentado no caput do art.31 da Lei nº 13.019/2014, RESOLVE

autorizar a contratação por INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO do INSTITUTO SILVIO MEIRA – ACADEMIA DE DIREITO, inscrito no CNPJ sob o nº: 31.441.787/0001-50, situada a Rua Dom Romualdo de Seixas, nº 1.476, Bairro Umarizal, CEP: 66.055-200, Belém/PA., visando formalizar Termo de Fomento, com apoio operacional e repasse de recursos, para a realização do XII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITO, promovido pelo Instituto Silvio Meira – Academia de Direito, cujo tema será “Novos Desafios do Direito Penal”, que será realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2026, na cidade de Lisboa/Portugal”. VALOR GLOBAL de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa/Projeto/Atividade: 03.128.1530.2339; Natureza de Despesa: 339039; Fonte: 01500000001; Plano Interno (PI): 105RAE2339C; Gp Pará: 303224.

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.

Em consequência, autorizo a contratação acima e determino que seja dada a devida publicidade legal.

Belém, 02 de fevereiro de 2026.

MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM

Defensora Pública Geral

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026 – DPE/PA PROCESSO Nº E-2025/3639734– DPE/PA

DATA: 02/02/2026

ORDENADORA: MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM - Defensora Pública Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 1289236

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026 – DPE/PA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – DPE/PA PROCESSO Nº E-2025/3639734 – DPE/PA

Partes: Defensoria Pública do Estado do Pará (CNPJ nº 34.639.526/0001-38) e INSTITUTO SILVIO MEIRA – ACADEMIA DE DIREITO - ISM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.441.787/0001-50.

Objeto: Constitui como objeto deste Termo de Fomento, o repasse de recursos para apoio técnico-jurídico e institucional para a realização do XII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE DIREITO, promovido pelo Instituto Silvio Meira – Academia de Direito, que será realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2026, na cidade de Lisboa/Portugal, cujo tema será “Novos Desafios do Direito Penal”. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 10 (dez) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições: I. mediante termo aditivo, por solicitação do Instituto Silvio Meira- Academia de Direito devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a